

OS SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: UMA BUSCA POR REGISTROS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE

Roberta Gomes de Araújo¹
Marivânia da Silva Feitosa²
Alyson Luiz Santos de Almeida³
Fábio Freire de Oliveira⁴

RESUMO

O presente estudo visou, a partir de dados oficiais, traçar um panorama do registro de inserção e permanência dos estudantes surdos nas instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica da Região Nordeste. A partir deste cenário, interessou-nos pesquisar acerca da situação destes, mais especificamente: identificar o ano de ingresso, gênero, curso, *campi*, se o referido aluno (a) conta com suporte de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) e, ainda, situação da matrícula. Para isso, fizemos uma pesquisa bibliográfica e um estudo de natureza quali-quantitativo. Concernente às análises dos dados oriundos do E-Sic, dividimos os resultados nas seguintes categorias: retornos à consulta e dados apresentados. Dos 11 institutos que compõem a região nordeste, 7 responderam, 3 não responderam e 1 pediu prorrogação, mas, após o prazo, nenhuma resposta foi recebida. Para a segunda categoria, que destacou o ano de ingresso dos estudantes surdos na instituição, qual gênero, curso, *campi* se havia TILS e qual a situação de matrícula, obtivemos respostas completas de apenas quatro instituições: IFAL, IFPI, IFSPE e IFCE. Onde estão os surdos? Percebemos que eles estão em todos os lugares, tentando se fazer presentes. Os lugares educacionais são de todos e para todos, fica claro que é preciso tornar evidente as informações sobre esse público. Podemos começar recomendando fortemente que sejam feitos registros fidedignos e sistematizados das informações sobre os estudantes surdos em plataformas de informações como a Nilo Peçanha.

Palavras-chave: Banco de dados educacionais, visibilidade surda, transparência.

INTRODUÇÃO

A história da Educação de surdos no Brasil teve início em 1855 quando Dom Pedro II convidou Eduard Huet, professor surdo com curso de Mestrado em Paris, para abrir uma escola para surdos. Em 26 de setembro de 1857 foi fundado o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, cujo nome atual é Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Atualmente, o termo Surdo-Mudo não é mais considerado adequado. Segundo Bentes (2016) o pressuposto para a retirada do termo “mudo” é de que os surdos poderiam adquirir a modalidade oral da

¹ Mestranda do Curso ProfEPT- Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - PE, rga@ufpi.edu.br;

² Mestranda do Curso ProfEPT- Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – PE, marivania.feitosa@delmiro.ufal.br;

³ Professor do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí - PI, alsa@ufpi.edu.br;

⁴ Professor do Curso ProfEPT- Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – PE, fabio.freire@ifsertao-pe.edu.br

língua – e de que não existiam registros escritos que mostrassem alguma preocupação com essa categoria.

Um retrocesso em relação à educação do surdos ocorreu no Congresso Internacional de Surdo-Mudez na Itália no ano de 1880, pois os surdos foram proibidos de utilizarem as línguas de sinais, sendo obrigados a oralizarem. Para Sacks (2010, p.45):

O Oralismo e a supressão do Sinal resultaram numa deterioração dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral. Muitos dos surdos hoje em dia são iletrados funcionais. Um estudo realizado pelo Colégio Gallaudet em 1972 revelou que o nível médio de leitura dos graduados surdos de dezoito anos em escolas secundárias nos Estados Unidos era equivalente apenas à quarta série; outro estudo, efetuado pelo psicólogo britânico R. Conrad, indica uma situação similar na Inglaterra, com os estudantes surdos, por ocasião da graduação, lendo no nível de crianças de nove anos [...].

Entende-se, assim, que o Oralismo não é a abordagem educacional que melhor se adequa às necessidades dos alunos surdos. Esses possuem uma língua que é reconhecida oficialmente pela lei 10.436/02, logo a língua de instrução a ser utilizada nas instituições educacionais deve ser a língua de sinal.

A educação dos surdos no Brasil sofreu forte avanço, pois em 1987 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) com sede no Rio de Janeiro. Juntamente com o MEC, a FENEIS formou agentes multiplicadores no ano de 2002, permitindo a formação de professores surdos e ouvintes para a aprendizagem e utilização da Libras. Neste mesmo ano ocorreu o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais. Fato que fortaleceu os sujeitos surdos na luta pelo direito de ter acesso aos conteúdos ministrados nas instituições educacionais em sua primeira língua. Em 2005, com a regulamentação desta lei por meio do decreto 5.626/05, ficou estabelecido como deveria ocorrer a educação de surdos e qual seria a formação ideal para os sujeitos que iriam trabalhar com este público (STROBEL, 2009).

Doravante, houve muitos progressos: a inserção da disciplina de Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia, criação de escolas bilíngues, formação adequada para professores e tradutores/intérpretes de língua brasileira de sinais (TILS). Mas, nesse decreto, pouco se mencionou sobre a educação profissional dos alunos surdos. Dos 31 artigos, apenas dois fazem menção a educação profissional: no Art. 3º, § 2º é apresentado a disciplina de Libras como componente curricular optativo na educação profissional a partir de um ano da publicação deste decreto; e o artigo 22, que versa sobre a garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas instituições federais de ensino que são responsáveis pela educação básica,

garantindo a inclusão destes discentes por meio de escolas bilíngues ou comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional (BRASIL, 2005).

O acesso dos surdos nas instituições educacionais é algo muito recente, pois os mesmos, quando conseguiam ir à escola, esbarravam nas dificuldades de comunicação. Isso ocorre porque a comunidade escolar sentia, e ainda sente, muitas dificuldades para receber este aluno que utiliza uma língua diferente da maioria linguística no Brasil. Essa dificuldade fazia muitos surdos desistirem dos estudos, o que tem construído um número diminuto de surdos que davam continuidade à educação básica.

Quando se trata de educação profissional, este panorama é bem mais delicado. No INES, a educação profissional ocorreu inicialmente a partir de 1873, na gestão de Tobias Leite, que mandou preparar um terreno ao lado para que os alunos pudessem desenvolver atividades agrícolas. Para Bentes (2016, p.193), isso limitava as opções de trabalho dos surdos levando-os a alienação no que diz respeito a sua posição como cidadão e de escolha quanto a sua profissão, ocorrendo uma imposição em relação a quais atividades laborais deveriam realizar.

No que diz respeito a gênese da educação profissional, a literatura aponta que esta foi marcada pela dualidade, ou seja, uma educação propedêutica para aqueles oriundos das classes altas e educação profissional para os menos favorecidos. Sendo assim, “[...] a Educação Profissional foi historicamente voltada para as classes populares enquanto o Ensino Superior era destinado à elite. Essa realidade persistiu e chegou na 1ª década do século XXI, apesar de atualmente ser menos perceptível” (LIMA; SILVA, E; SILVA, L, 2015, p. 120).

É preciso ressignificar a educação profissional, pois durante muitos anos as instituições de educação profissional eram vistas apenas como preparatórias de mão-de-obra para atender a demanda do mercado de trabalho ou a lógica capitalista. Pontuam, ainda, que com a integração da educação profissional ao ensino médio, esta visão reducionista, de preparação apenas para atuar como técnico cede lugar a uma educação promotora do desenvolvimento crítico e emancipador dos sujeitos envolvidos (VIEIRA J.; VIEIRA. M., 2014). Para que isto ocorra de fato, os autores defendem que a educação profissional deve ser orientada nos moldes da aprendizagem, sendo norteada pela relação entre ensino-pesquisa e articulação da teoria e prática. Tal diversificação na oferta já pode ser percebida, pois nem sempre os cursos estão diretamente atrelados ao fornecimento imediato de mão de obra aos arranjos produtivos locais (VAGO, 2015).

Foram muitas as transformações e reconfigurações que a educação profissional passou no decorrer dos anos no Brasil. Um marco na história da Educação Profissional foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Estas instituições ofertam cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e, também, atuam na oferta de pós-graduação, em programas *lato e stricto sensu*. De acordo com o CONIF- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, científica e Tecnológica “atualmente, são 644 *campi* espalhados pelo país, com mais de um milhão de estudantes matriculados e cerca de 70 mil servidores, entre professores e técnico-administrativos” (CONIF, 2018). Na região Nordeste há 11 institutos federais e 204 *campi* espalhados pelos 09 estados. Selecionamos o Nordeste porque é a região que apresenta o maior número de institutos federais e *campi* do Brasil. Essa fatia representativa comporá o foco de nossas análises neste texto.

Conforme vimos nos parágrafos anteriores, desde a sua concepção, a educação brasileira é delineada por dualidades. Antagonismos e discrepâncias são notadamente percebidos quando analisamos o percurso histórico da educação. Isso também é verdade quando se remete à modalidade profissional.

Assim, diante do cenário histórico de dificuldades de acesso e adequadas condições para a obtenção de formação em vários níveis e modalidades, o presente estudo visou, a partir de dados oficiais, traçar um panorama do registro da inserção e permanência dos estudantes surdos nas instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica da Região Nordeste. A partir deste cenário, interessou-nos pesquisar acerca da situação destes, mais especificamente: identificar o ano de ingresso dos estudantes surdos, gênero, curso, *campi*, se o referido aluno (a) conta com suporte de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) e, ainda, situação da matrícula. A partir dessas informações poderemos pensar e, se for necessário, repensar o atendimento a estes discentes, pois com base nestes dados pode-se, por exemplo, identificar quais cursos são os mais procurados pelos estudantes surdos.

Para atingir os objetivos, foi realizada uma consulta às Instituições Federais de Educação Profissional da Região Nordeste, que estavam disponíveis na plataforma do E-Sic, além de uma pesquisa bibliográfica, no que concerne à educação dos surdos e também a educação profissional e tecnológica. Portanto, o presente artigo, quanto à composição metodológica é uma pesquisa bibliográfica, de natureza quali-quantitativa com viés descritivo.

Os resultados da pesquisa apontam que nem todas as instituições possuem as informações referentes ao acesso e permanência dos estudantes surdos e ainda há muita

dificuldades, pois a quantidade de profissionais que atuam e tem conhecimento acerca desta temática ainda é pequena. Desta forma, este trabalho permitiu-nos perceber que na Região Nordeste o Instituto Federal que mais recebeu surdos foi o IFCE. Mas, no âmbito geral, o cenário relacionado com a permanência e conclusão destes estudantes ainda é problemático, sendo necessária a efetivação de políticas e estratégias educacionais que permitam avançar rumo a melhores valores para esses indicadores

METODOLOGIA

O presente estudo consta de uma pesquisa bibliográfica em que discorreremos acerca da Educação dos Surdos no Brasil e também sobre a Educação Profissional, narrando um breve histórico desta, a partir do que já foi fomentado na literatura, seja esta vislumbrada em artigos, livros, dissertações ou outros registros acessíveis. De acordo com Fonseca (2002, p. 32), [...] “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Para composição bibliográfica do histórico da educação profissional, utilizamos (VIEIRA, J.; VIEIRA, M, 2014), (LIMA; SILVA, E; SILVA, L, 2015), CONIF (2018), MEC (2016), e, para um aprofundamento sobre a educação dos surdos no Brasil, utilizamos BRASIL (2005), BENTES (2016) SACKS (2010) e STROBEL (2009).

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com objetivo descritivo. Segundo (PRODANOV; FREITAS, 2013) utiliza-se a pesquisa descritiva “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”. Porém, a ciência aqui exercitada tem papel no levantamento de informações, ou ausência delas. O que pode exercer influência nos pares no sentido de modificar a realidade associada ao registro de informações sobre acesso de surdos à educação profissionalizante.

O objetivo primordial desta pesquisa são: 1. identificar em quais Institutos Federais da Região Nordeste estão os surdos; 2. como está acontecendo o acesso em função do gênero; 3. curso e *campi* que estes optaram; e 4. se o referido aluno(a) conta com suporte de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Para isso, coletamos os dados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-Sic), pois qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar informações a órgãos e entidades do poder executivo federal. O prazo previsto para resposta é de vinte dias. Mas, caso houvesse justificativa, o órgão ou entidade poderia solicitar a prorrogação pelo prazo de mais dez dias. Assim sendo, no dia 22/04/2019, fizemos o seguinte pedido: “*solicito a listagem, ordenada por ano e/ou período de efetivação, em que se possa perceber o gênero e curso em que fora feita a matrícula dos discentes surdos*

nesta Instituição desde a sua fundação e em todos os seus Campi. Além disso, solicito que nessa lista contenha indicação se o referido aluno (a) contava com suporte de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e se, também, o discente concluíra o curso. Indagamos, ainda, se em caso de ter desistência, em qual momento o curso foi interrompido/cancelado”. Esta solicitação foi encaminhada para os 11 (onze) Institutos Federais que compõem a Região Nordeste (ver Tab. 1). Por uma questão de organização da pesquisa, os dados aqui apresentados e analisados só consideraram as respostas que foram fornecidas dentro do prazo dos trinta dias, incluindo os pedidos de prorrogação.

Dividiremos os resultados nas seguintes categorias: retornos à consulta (nesta categoria iremos apresentar as Instituições que forneceram respostas e que pediram prorrogação) e dados apresentados (iremos verificar quais dados as instituições possuem sobre os surdos que nelas estudaram).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Retornos à consulta

A lei de acesso à informação foi sancionada pela ex-Presidenta da República, Senhora Dilma Rousseff no dia 18 de Novembro de 2011. O principal objetivo dessa Lei foi regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. Esta ação é válida para os três poderes da União, Ministério Público e Tribunais de Contas. A criação desta lei foi de extrema importância para atender ao princípio constitucional da transparência das informações dos atos governamentais, beneficiando também toda a população que pôde ter maior acesso às informações sobre os órgãos públicos.

O E-Sic -Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - foi criado no dia 16 de maio de 2012, por meio do decreto 7.724 . No artigo 2º deste decreto, há a garantia de acesso à informação, conforme podemos visualizar na citação seguinte:

Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei nº 12.527, de 2011 (BRASIL, 2012).

Segundo dados oficiais do E-Sic, desde a sua criação até o mês de maio do presente ano, foram realizados 747.306 pedidos de informações de diferentes naturezas: Governo e Política – Administração pública; Economia e Finanças; Ciência, Informação e Comunicação –

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Informação – Gestão, preservação e acesso; Educação – Educação Superior; Pessoa, Família e Sociedade – Previdência Social; Saúde – Participação e controle social em saúde; Educação – Profissionais da Educação; Transportes e trânsito – Transporte aquaviário; Pessoa, família e sociedade – Pessoa; Comércio, Serviços e Turismo – Comércio e Serviços. O tempo médio de resposta é de 13,86 dias.

Para esta pesquisa, foi realizada uma solicitação, no E-Sic, no dia 22/04/2019, logo, o prazo máximo de resposta era até o dia 13/05/2019, com possibilidade de extensão até 23/05/2019. Das 11 instituições, 07 responderam, 3 não responderam e 1 pediu prorrogação, mas não enviou a resposta. De acordo com dados apresentados pelo E-Sic, as solicitações realizadas são respondidas em 99,23% dos casos, apesar desta estimativa, tivemos um retorno de um pouco mais de 50%, o que significa um resultado positivo, haja vista que a maioria dos dados solicitados não estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e também pelo fato de nossa solicitação conter várias perguntas acerca de uma temática que ainda é pouco discutida. No entanto, por força de lei, o resultado deveria ser 100%. Pois, mesmo que a instituição não pudesse fornecer os dados, seria necessário responder à solicitação do requerente de forma negativa ou positiva.

No artigo 13º do decreto 7.724/12, há a indicação dos motivos que podem levar a instituição a negar o pedido: quando os pedidos forem genéricos; desproporcionais ou desarrazoados; ou que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados. Neste mesmo artigo está expresso que se o pedido exigir trabalho adicional para a interpretação ou consolidação dos dados, a instituição deve, caso tenha conhecimento, indicar onde o requerente poderá encontrar estas informações. O Instituto Federal do Maranhão respondeu a nossa consulta, negando o acesso, pois a mesma entendeu que o pedido era desarrazoado e desproporcional. Na negativa há a justificativa de que o IFMA possui 29 *campi* distribuídos em todo o estado e os setores teriam dificuldades em responder a demanda, pois seria necessário um trabalho adicional.

No total, quatro instituições não retornaram às nossas solicitações, alegando questões previstas na lei e, em alguns casos, alegando questões que não estavam previstas na legislação vigente. Quando isto acontece, o cidadão pode apresentar recurso no prazo de dez dias à autoridade hierarquicamente superior e esta autoridade deverá responder no prazo máximo de cinco dias. Optamos por não apresentar nenhum recurso.

Na tabela que segue, podemos visualizar melhor as instituições participantes da consulta e também quais delas responderam ou não as informações solicitadas.

Tabela 1. Instituições Federais de Ensino da Região Nordeste consultadas através do E-Sic acerca de informações sobre estudantes surdos.

	Instituição	Nº de Campi	UF	Região	Respondeu à consulta?
1	IFAL	16	AL	Nordeste	Sim
2	IFBAIANO	15	BA	Nordeste	Sim
3	IFCE	32	CE	Nordeste	Sim
4	IFSPE	7	PE	Nordeste	Sim
5	IFPI	20	PI	Nordeste	Sim
6	IFSE	9	SE	Nordeste	Sim
7	IFBA	21	BA	Nordeste	Não
8	IFPE	16	PE	Nordeste	Não
9	IFRN	20	RN	Nordeste	Não
10	IFMA	29	MA	Nordeste	Sim*
11	IFPB	21	PB	Nordeste	Pediu prorrogação e não respondeu

*A Instituição considerou que o pedido era desproporcional ou desarrazoado e negaram acesso aos dados.

É justamente com intuito de traçar o perfil do alunado surdo na educação profissional que este estudo se propõe a iniciar um debate sobre a importância de indicadores educacionais específicos serem contemplados na PNP. Não se pode mais, passados mais de 100 anos do início da educação profissional de surdos no Brasil, sonegar informações sobre esse segmento da sociedade. Isso dificulta o avanço do desenvolvimento de estratégias educacionais que respeitem os usuários nativos da Língua Brasileira de Sinais.

2. Dados apresentados

No ano de 2008, por meio da Lei 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No bojo desse marco legal foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da junção de escolas técnicas já existentes nos estados e posteriormente houve uma considerável ampliação dos mesmos. Apesar de os IFs terem sido criados a partir de instituições, que chegam a ter mais de 100 anos de fundação, consideramos apenas a data de criação dos Institutos por meio da lei 11.892 do ano de 2008. Pois seria humanamente impossível coletar informações centenárias em trinta dias (prazo máximo para resposta ao cidadão no E-Sic).

Na Tab. 2 estão compilados os dados das instituições participantes da consulta, período informado e, também, os questionamentos respondidos quanto ao ano de ingresso, gênero, curso, campi, apoio de TILS e conclusão do curso. Fato que fica evidente é a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

descontinuidade temporal dos dados apresentados em resposta à nossa solicitação. Dessa forma é deixada a seguinte dúvida ao cidadão que solicita a informação: “*nos anos em que não houve apresentação de dados, houve matrícula de alunos surdos?*”.

Tabela 2. Dados apresentados pelas Instituições Federais de Ensino da Região Nordeste consultadas através do E-Sic acerca de informações sobre estudantes surdos

	Instituição	Período informado	Ano de ingresso	Gênero	Curso	Campi	Discente tinha apoio de TILS#?	Discente concluiu o curso?
1	IFAL	2015; 2016-2019	X	X	X	X	X	X
2	IF BAIANO	2017-2019	X			X		
3	IFPI	2010; 2015-2019	X	X	X	X	X	X
4	IFSE*	2019	X				X	X
5	IFSPE	2009; 2012; 2014-2019	X	X		X	X	X
6	IFCE	2005-2019	X	X	X	X	X	X

Tradutor intérprete de língua de sinais.

2.1. Registro de matrículas de surdos ao longo do tempo

No IFAL houve registro sobre o ingresso de surdos no ano de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. No *corpus* da resposta é informado que estas são todas as informações referentes aos estudantes surdos na Instituição, o que nos leva a especular que nos anos anteriores não houve ingresso dos mesmos. No IF Baiano há o registro de apenas três anos: 2017, 2018 e 2019 e não foi relatado se houve surdos anteriormente. No IFPI, o primeiro registro aconteceu em 2010 e só retornou no ano de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

O IFSE apresentou informações apenas referentes ao ano de 2019 e apontou que, neste mesmo ano, de acordo com a Portaria nº 555, foi instituído o Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva, vinculado à reitoria, visando dar suporte aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas dos *campi* e que, além disso, foi instituída de acordo com a Portaria nº 1024, de 17 de abril de 2019, a Comissão Permanente ao Atendimento Diferenciado no Processo Seletivo do IFS, visando garantir à acessibilidade de candidatos. Não foi informado se em anos anteriores houve algum estudante surdo.

No IFSPE o primeiro registro data do ano de 2009, depois segue para o ano de 2012, não havendo nada no ano de 2013 retomando os dados a partir de 2014 até o presente. Já o IFCE apresentou dados referentes ao ingresso de estudantes surdos a partir do ano de 2005 (antes do ano de criação dos IFs) até o ano atual (2019). Em todos os anos após este primeiro registro houve ingresso de estudantes surdos em diferentes *campi*. Isto pode nos levar a pensar

que: algumas IFs não possuem o registro completo do acesso dos surdos ou não houve estudantes nestes períodos que não foram relatados. Sendo assim, a IFCE é a única que possui o registro sequencial completo destes dados.

2.1.2. Quanto ao gênero dos discentes matriculados

No âmbito desta pesquisa não entraremos na discussão sobre identidade de gênero, mesmo acreditando que os sujeitos podem possuir identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam e que não são fixas (LOURO, 1997, p. 24).

A evolução do número de matrículas nos últimos quatorze anos mostra a clara expansão do acesso da comunidade surda aos cursos ofertados em vários IFs no Nordeste. Essa tendência, dirigida no contexto do conjunto de dados que obtivemos pelas informações do IFCE, não apresenta distinção entre o número de matrículas de surdas e surdos (Fig. 1A e Fig. 1B). Curioso notar que entre 2017 e 2018 houve duplicação do conjunto de matrículas. A queda apresentada pela linha de tendência configura-se num artefato de amostra, pois os dados são oriundos dos registros de parte do primeiro semestre do ano corrente.

No IFAL, fomos informados que há um total de dez alunos surdos. Sendo que seis são mulheres e quatro são homens. O IF Baiano, não fez separação entre deficientes auditivos e surdos, só apresentaram como deficientes auditivos de forma geral. Logo, não temos como saber quantos surdos eles têm/tiveram. Nos foi apresentado apenas o total sem a definição de masculino ou feminino. Nos três anos apontados, o IF Baiano, em seus diversos *campi*, teve 95 alunos. O IFSE, assim como o IF Baiano, não fez separação entre deficientes auditivos e surdos, logo nos foi indicado um único número: 22. Atualmente, eles possuem vinte e dois alunos surdos e deficientes auditivos, mas não nos informaram qual o gênero destes alunos.

No que diz respeito ao IFPI, foi informado que há 4 homens e 13 mulheres. Já no IFSPPE, a diferença entre acesso de homens e mulheres é bem intensa, pois, até o momento, tem-se 9 mulheres e 19 homens.

É importante apontar que há um crescente aumento em relação ao acesso dos estudantes com surdez na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A preocupação em formar estudantes baseado numa perspectiva omnilateral, integral ou politécnica como apontam (MOURA; LIMA; SILVA, 2015), deve servir para todos os alunos: surdos ou ouvintes.

O IFCE foi a instituição que apresentou mais surdos: 173 desde o ano de 2005 até o presente momento. Deste total, 93 são homens e 80 mulheres. Vale ressaltar que nesse estado há o Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES), que é uma escola estadual destinada

exclusivamente à educação dos surdos. Esta escola foi fundada no dia 25 de março de 1961. Os alunos têm aulas de Libras ministrada por professores surdos e o atendimento acontece a partir dos três anos. Possivelmente esse foco educacional, proporcionado por políticas públicas voltadas para a educação de surdos, seja elemento fomentador do maior número de estudantes surdos nos IFs do Ceará quando comparados com instituições de outros estados da mesma região.

Estes dados nos trazem reflexões que ficarão para um estudo posterior: porque em alguns IFs temos uma diferença tão grande quanto se trata do gênero? Esta questão está relacionada com a quantidade de surdos nos estados em que houve a discrepância? Ou está relacionada a oferta de cursos?

2.1.3. Quanto ao curso escolhido

No IFAL os estudantes surdos cursaram e/ou estão cursando seis cursos diferentes: Agroecologia, Agropecuária, Edificações, Informática, Meio Ambiente e Química. Mas, não há a distinção da modalidade dos cursos. No IFPI os alunos estão nos seguintes cursos: técnico em cozinha (PROEJA), Técnico em edificação, técnico em nutrição e dietética, técnico em panificação, técnico integrado ao médio em vestuário, técnico integrado ao médio em edificação, licenciatura em matemática e licenciatura em biologia. São oito cursos diferentes, inclusive na modalidade. Já o IFSE, IFSPE e o IF Baiano não apresentaram estes dados.

No IFCE, encontramos uma maior variedade de cursos que vai desde cursos de idiomas até a especialização. 1. Cursos de idiomas procurados pelos surdos: espanhol inicial, língua e cultura francesa (I e II), Libras I e II, Libras e Cidadania e português essencial para concursos. 2. Cursos técnicos: agroindústria, agropecuária, agronegócio, alimentos, análises química (Pronatec), automação industrial, automotiva, construção de edifícios, edificações, eletrotécnica, fruticultura, gastronomia, gestão ambiental, gestão desportiva e de lazer, hotelaria, gestão de turismo, hospedagem, informática, irrigação e drenagem, manutenção telemática, mecânica, mecânica industrial, mecatrônica industrial, meio ambiente, panificação, química, saneamento ambiental, 3. Cursos Integrados: edificações, eletrotécnica, mecânica, mecânica industrial (Proeja), nutrição e dietética, química, telecomunicações (Proeja), 4. Licenciaturas: ciências biológicas, educação física, física, geografia, letras (português/inglês), matemática, música, química, 5. Bacharelados: agronomia, ciência da computação, engenharia ambiental, engenharia ambiental e sanitária, engenharia de controle e automação, engenharia mecânica, engenharia de mecatrônica, engenharia de produção civil,

nutrição, serviço social, zootecnia, Especialização: em ensino de ciências da natureza, em gestão de cooperativas, 6. Cursos diversos: futsal, matemática financeira, princípios de automação industrial, soldagem elétrica (eletrodo revestido) e técnica vocal (canto popular Solo e Coletivo).

Pelos dados informados nesta categoria (“Quanto o curso escolhido), detectamos que houve uma diversidade de cursos que compuseram as escolhas dos estudantes surdos. Este é um indicativo de que, qualquer curso, como por exemplo, o de canto, pode receber um aluno com surdez. Logo, as instituições educacionais precisam continuar ofertando formação aos profissionais, para que estes possam, realmente, trabalhar numa perspectiva de inclusão dos discentes surdos, no sentido pleno, de potencializar as habilidades e conhecimentos de maneira constante. Isso porque, compreendemos que estamos imersos em uma profissão cuja necessidade de preparação para receber todos os alunos é constante e constitui um direito previsto em lei.

2.1.4. Quanto ao *campi*

O IFAL possui 16 *campi*, mas só há estudantes surdos em sete: Arapiraca, Coruripe, Macéio, Marechal, Murici, Penedo e Santana do Ipanema. No IF Baiano, que possui 15 *campi*, há estudantes surdos em quatorze: Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetininga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Xique-Xique. Quanto ao IFPI, constatamos que dos seus 20 *campi*, apenas três receberam estudantes surdos: São João do Piauí, Teresina Zona Sul e Uruçui. O IFSPE possui 7 *campi* e tem surdos em seis: Floresta, Ouricuri, Petrolina, Petrolina Zona Rural, Salgueiro e Santa Maria da Boa Vista.

O IFSE não apresentou estes dados.

Quanto ao IFCE, este apresenta 32 *campi* e estudantes em vinte e dois: Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Fortaleza, Guaramiranga, Iguatu, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

2.1.5. Quanto a presença do TILS

Quanto à presença do TILS, ponto de extrema importância, visto que em muitas situações este sujeito é a única pessoa que conhece a Língua Brasileira de Sinais. É necessário refletir que, apesar dos surdos terem direito à TILS, estabelecido no decreto 5.626/05, ainda

nos deparamos com muitos casos em que há a desistência de estudar por não haver esse profissional na Instituição escolhida e nem previsão de chegada/contratação.

No decreto supracitado, houve regulamentação de vários pontos relacionados a Libras e a educação de surdos: inclusão da libras como disciplina curricular, formação do professor e instrutor de libras, uso e difusão da Libras para o acesso das pessoas surdas à educação, formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, garantia do direito à educação e saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras.

Então, como está o acompanhamento dos surdos nas instituições que estamos investigando? É o que apresentaremos nos parágrafos que seguem.

A informação repassada pelo IFAL é que todos os estudantes surdos possuem acompanhamento de TILS. Já o IF Baiano informou que, atualmente, eles possuem 211 alunos atendidos pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas). No entanto, a instituição nos repassou que são poucos os profissionais capacitados para atender a demanda, o que dificulta a realização de um bom trabalho. E, ainda destacou que, estes poucos, precisam ficar se deslocando para atender as várias demandas. Também nos foi repassado, que a falta de formação e sensibilidade de alguns docentes, servidores e alunos contribuem para uma maior dificuldade na aprendizagem destes alunos surdos.

As informações do IFPI revelam que somente em dois casos, não houve TILS, mas um desses discentes concluiu o curso com êxito. A instituição apresentou, inclusive, uma Nota Técnica de Nº 02/2017 da FEBRAPILS (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais) sobre a contratação do serviço de interpretação de Libras para Língua Portuguesa e vice-versa. A nota explica, ainda, como deve atuar o TILS. A instituição também informou o quantitativo de TILS para cada discentes surdo. Dos discentes surdos matriculados, 11,76% não contam com suporte de TILS.

Quanto ao IFSE, este informou que dos 22 discentes com deficiência auditiva, 14 necessitavam de TILS, mas a instituição só dispunha de 4.

O IFSPE apontou todos os TILS que já atuaram e atuam na instituição, indicando inclusive o período com cada discente. Foi também informado que três alunos não tiveram acompanhamento de TILS e um *campi* não apresentou resposta. Dos discentes surdos matriculados, 15,79% não contam com o suporte de TILS.

O IFCE pontuou caso a caso se havia ou não TILS. Mas, apesar da Instituição receber frequentemente estudantes com surdez, ainda há situações em que não há presença deste profissional. Dos discentes surdos matriculados, 36,69% não contam com o suporte de TILS (Fig. 2).

2.1.6. Status das matrículas dos surdos

Faz-se necessário saber como os surdos estão nas instituições escolhidas, como se deu o ingresso em números e como se desenvolveu a permanência. Não ter estes dados, nos aponta que ainda há muito o que fazer quando se trata do registro de informações relacionadas aos alunos surdos, pois não efetuar este registro é prejudicial, uma vez que qualquer medida é tomada a partir de informações. É preciso saber se os alunos estão concluindo e, se não estão, quais são os motivos que têm levado ao insucesso. É preciso entender os motivos da conclusão ou do abandono.

Segundo dados enviados pelos IFs da Região Nordeste, desde 2005 houve 345 matrículas de pessoas surdas ou deficientes auditivos nestas instituições.

A informação fornecida pelo IFAL é de que apenas um discente está em processo de seleção, todos os demais ainda estão cursando. O que nos permite dizer que não houve nenhuma desistência ainda. Quanto ao IF Baiano, este não forneceu dados referentes à situação de matrícula dos discentes surdos. Já o IFPI, apresentou evasão em dois casos após reprovação, quatro conclusões e os demais estão cursando. No que tange às informações oriundas do IFSE, foi nos repassado que todos os estudantes estão com suas matrículas ativas. No IFSPE nove surdos não concluíram o curso, oito estão cursando e apenas três conseguiram concluir. Já no IFCE, 67 alunos (45,3%) estão cursando, 53 (37,4%) não concluíram por algum motivo (cancelado voluntariamente, trancado, cancelado compulsoriamente ou abandono) e apenas 24 (17,3%) concluíram. Esse último dado parece ruim, mas é o melhor que se atingiu até o momento entre os IFs avaliados (Fig. 3).

É possível notar uma evolução no número de pessoas surdas acessando os IFs na Região Nordeste. O número de matrículas de estudantes surdos no IFCE é substantivo no contexto da Região Nordeste. Pelos dados, é a instituição que vem recebendo a maior parte das matrículas e também a que acolhe e proporciona apoio na forma da disponibilidade de TILS, quando se levam em consideração os valores absolutos das demais instituições. Mas, o IFAL, IFPI e IFSPE são as instituições que apresentam, de acordo com os dados recebidos, a maior proporção de alunos surdos atendidos por TILS (Fig. 2).

A Total de matrículas em quatro IFs do NE do Brasil



B

Total de matrículas no IFCE



Figura 1 – Evolução do número de matrículas de surdos em quatro Institutos Federais da região Nordeste do Brasil (IFCE, IFSPE, IFPI e IFAL) entre 2005 e 2019 (A) e número de matrículas de surdos no IFCE (B). Informações obtidas a partir de consulta via sistema E-Sic.

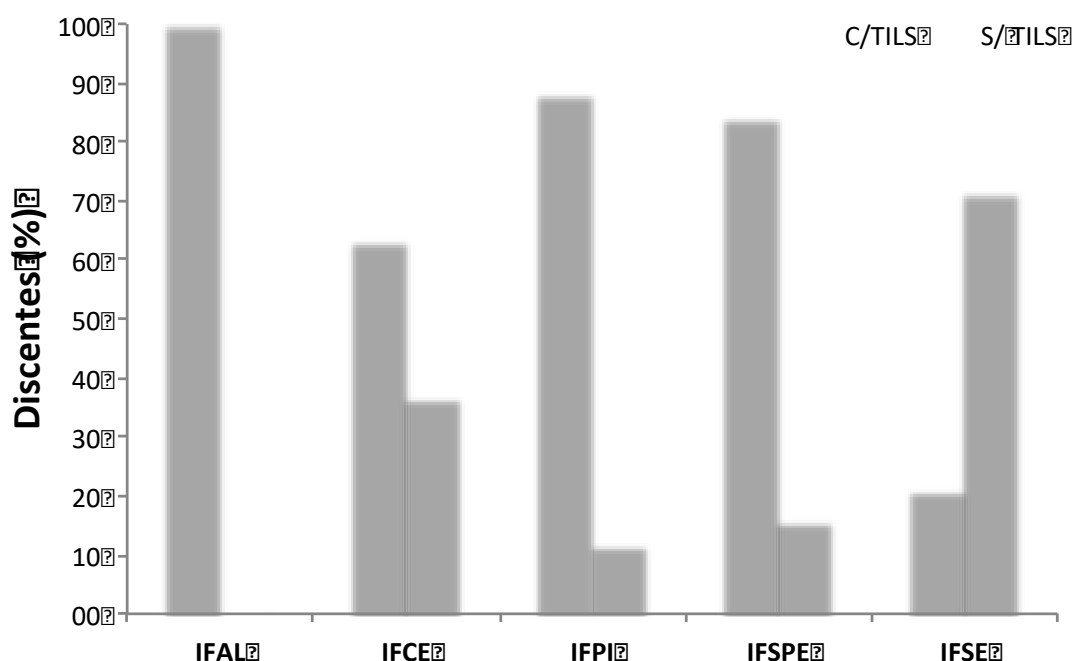


Figura 2 – Percentual e estudantes surdos atendidos ou não por TILS em cinco Institutos Federais da região Nordeste do Brasil que enviaram dados à consulta realizada via sistema E-SIC.

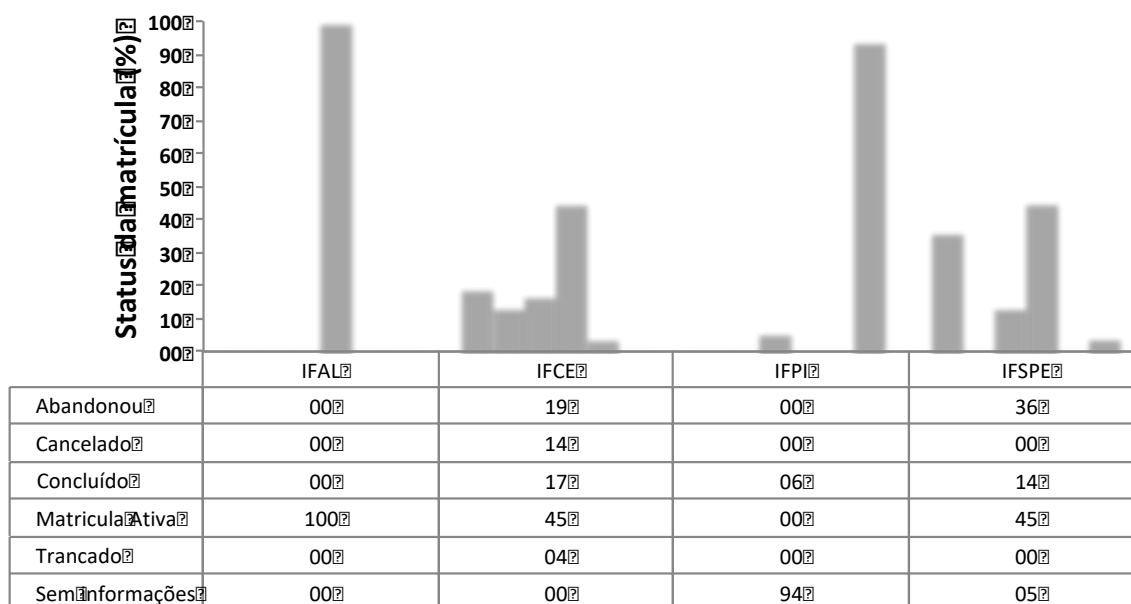


Figura 3 – Situação das matrículas de estudantes surdos atendidos em instituições (região nordeste do Brasil) da rede Federal de educação profissional, técnica e tecnológica que enviaram dados à consulta realizada via sistema E-SIC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, várias são as barreiras impostas à população surda. Ser atendido em instituição de ensino e ter TILS disponíveis não são os únicos entraves enfrentados, embora isso não devesse se constituir em problema. Muitos vão ficando pelo caminho e isso é sentido no baixo percentual de conclusão dos cursos. Abandono, cancelamento e trancamento de curso estão relacionados com quase 40% das matrículas de discentes surdos com ou sem TILS à disposição na instituição ao longo dos últimos 14 anos. Isto nos faz refletir e reiterar que é preciso conhecer, entender e divulgar a situação destes estudantes, para que sejam desenvolvidas estratégias que ampliem o acesso e garantam a permanência e conclusão de seus cursos.

Medidas como formação de professores, servidores, estudantes ouvintes (Cursos de Libras) e os surdos (cursos de LP e se necessário Libras), poderão proporcionar um ambiente de prazer e conhecimento para uma inserção profissional plena desses profissionais.

Respondendo à questão norteadora das ações dessa equipe de pesquisa, *onde estão os surdos?*”, percebemos que eles estão em todos os lugares, tentando se fazer presentes. A história nos conta que, por muito tempo, suas vidas e relações sociais e realizações profissionais lhes foram ceifadas como se o fato de poder ouvir e proporcionar constituísse o direito de ocultar direitos.

Os lugares educacionais são de todos e para todos, fica claro que é preciso tonar evidente as informações sobre esse público, podemos começar recomendando fortemente que sejam feitos registros fidedignos e sistemáticos das informações sobre os estudantes surdos em plataformas de informações como a Nilo Peçanha.

REFERÊNCIAS

BENTES, José Anchieta de Oliveira. PIUMBATO INNOCENTINI HAYASHI, MARIA CRISTINA. **Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos**. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 67, 2016.

BRASIL, BRASÍLIA. **Decreto Nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a lei nº10463/02, v. 436, 2005.

_____. **BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 02 out 2018.

_____. **Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Expansão da Rede Federal.2016**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 02 out 2018.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Conif divulga selo comemorativo dos 10 anos dos Institutos Federais**. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/reitoria/noticias/conif-divulga-selo-comemorativo-dos-10-anos-dos-institutos-federais>. Acesso em 3 de out. 2018.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002.

LIMA, Erika Silva; SILVA, Francisca Natália; SILVA, Lenina Lopes Soares. **Educação profissional para os jovens nas políticas educacionais da 1ª década do século XXI**. HOLOS, v. 4, p. 119-129, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, MÔNICA RIBEIRO. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. Boitempo Editorial, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Editora Companhia das Letras, 2010.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; DE APARECIDO VIEIRA, Josimar. **PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**. HOLOS, v. 2, p. 24-36, 2014.